



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
RELATÓRIO DE CONTROLE AMBIENTAL (RCA)

Este Termo de Referência possui caráter geral, podendo ser complementado conforme a tipologia, porte e potencial poluidor do empreendimento. O relatório deverá seguir a ordem e a itemização apresentada a seguir, contemplando todos os itens estabelecidos. Os itens não aplicáveis à atividade ou ao empreendimento deverão ser devidamente justificados.

A qualquer momento da análise técnica, a ADEMA poderá solicitar informações adicionais, caso julgue necessário.

É obrigatório anexar ao relatório as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes à elaboração do RCA.

1. DADOS GERAIS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Razão social:	[Inserir Nome]
CNPJ:	
Cadastro ambiental rural da propriedade – CAR;	
Processo Agência Nacional de Mineração (ANM):	
Endereço completo da unidade a ser licenciada:	[Logradouro, número, bairro, município, estado, CEP]
Telefone	
E-Mail:	

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Nome do proprietário/responsável legal:	[Inserir Nome]
CPF:	
Endereço de correspondência:	[Logradouro, número, bairro, município, estado, CEP]
Telefone:	
E-Mail:	

1.3 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome do responsável técnico:	
Formação:	
Registro conselho de classe:	
Telefone:	
E-mail	



Endereço de correspondência:	[Logradouro, número, bairro, município, estado, CEP]
-------------------------------------	--

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL

- Descrição detalhada da atividade principal e das atividades secundárias
- Justificativa e objetivos do empreendimento
- Capacidade a ser instalada e capacidade máxima de operação
- Infraestrutura associada
- Cronograma geral de planejamento, implantação, operação e desativação
- Etapas operacionais
- Fluxograma do processo produtivo ou operacional, numerado por etapas

3. DELIMITAÇÃO ESPACIAL

- Área total do imóvel (ha)
- Área útil do empreendimento (ha)
- Área Diretamente Afetada – ADA (ha)
- Área de Influência Direta – AID (ha)
- Área de Influência Indireta – AII (ha)

4. ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

Deverão ser identificadas e caracterizadas as áreas legalmente protegidas existentes no interior e no entorno do empreendimento, considerando raio mínimo de 500 m, incluindo:

- Áreas de Preservação Permanente – APP
- Unidades de Conservação e respectivas zonas de amortecimento (**2000 m _ CONAMA 428/2010**)
- Áreas com restrições legais de uso (ex: zoneamento costeiro)

Deverá ser apresentada a caracterização dessas áreas e a indicação das distâncias em relação ao empreendimento.

5. ASPECTOS CONSTRUTIVOS E DE IMPLANTAÇÃO

- Necessidade de supressão vegetal ou limpeza de terreno



- Necessidade de terraplenagem
- Necessidade de implantação de canteiro de obras
- Infraestrutura temporária prevista
- Vias de acesso

6. MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS

- Relação de máquinas e equipamentos (quantidade e potência, quando aplicável)
- Principais insumos, matérias-primas e produtos utilizados
- Combustíveis utilizados, consumo médio e forma de armazenamento
- Armazenamento e manuseio de substâncias perigosas, quando couber
- Normas técnicas e de segurança aplicáveis

7. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Fonte(s) de abastecimento
- Consumo médio e máximo (m³/dia e m³/mês)
- Consumo por fase (implantação e operação)
- Situação da outorga de direito de uso da água ou dispensa, com indicação do número do processo, quando aplicável

8. EFLUENTES LÍQUIDOS

- Tipos de efluentes gerados (sanitário, industrial, lavagem, outros)
- Origem por etapa do processo
- Vazão média e máxima
- Sistema de coleta e tratamento adotado
- Dimensionamento do sistema de tratamento
- Características do efluente tratado
- Destinação final ou ponto de lançamento
- Demonstração de atendimento à legislação ambiental vigente
- Situação da outorga ou dispensa de outorga para lançamento de efluentes líquidos, com indicação do número do processo administrativo, quando aplicável



9. RESÍDUOS SÓLIDOS

- Identificação dos resíduos gerados
- Classificação conforme ABNT NBR 10004
- Quantidades estimadas (kg/mês ou t/ano)
- Sistema de segregação, acondicionamento e armazenamento
- Transporte e destinação final
- Identificação das empresas licenciadas responsáveis pela destinação

10. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

10.1 Meio Físico

- Caracterização do relevo e da geomorfologia
- Classificação do solo quanto ao perfil, permeabilidade e porosidade
- Descrição das condições climáticas (precipitação média anual, regimes chuvoso e seco, déficit hídrico, temperaturas média, máxima e mínima)
- Análise histórica de ocorrência de inundações ou comprovação técnica da inexistência
- Identificação da bacia hidrográfica de inserção
- Distância a corpos hídricos superficiais
- Caracterização hidrogeológica, com nível do lençol freático e sentido de fluxo representado em mapa potenciométrico
- Distância a pontos de captação de água superficial e subterrânea existentes no entorno

10.2 Meio Biótico

- Relação das espécies da fauna e flora registradas na área e no entorno
- Caracterização dos ecossistemas existentes
- Identificação de remanescentes de vegetação (raio de 500 m)
- Identificação de áreas ambientalmente sensíveis

10.3 Meio Socioeconômico

- Distância aos núcleos populacionais mais próximos
- Uso e ocupação do solo no entorno
- Identificação de estruturas urbanas no entorno do empreendimento (Escolas, Hospital, Igreja, entre outros)



- Dinâmica econômica local e atividades predominantes
- Proximidade de comunidades tradicionais
- Existência de bens do patrimônio histórico, cultural e arqueológico

11. IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

- Descrever os impactos sobre os meios físico, biótico e socioeconômico associados às fases de implantação, operação e, quando couber, desativação do empreendimento;
- Informar a natureza do impacto (positivo ou negativo) e a fase de ocorrência;
- Caracterizar cada impacto e descrever sua magnitude e relevância ambiental.

Quando aplicável, deverão ser considerados, no mínimo, impactos relacionados a:

- Geração de resíduos sólidos;
- Geração de efluentes líquidos;
- Emissões atmosféricas, ruídos e odores;
- Supressão de vegetação e interferência sobre a fauna;
- Alterações no solo e nos recursos hídricos;
- Interferências no uso e ocupação do solo e na dinâmica social.

12. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

- Proposição de medidas mitigadoras para cada impacto identificado
- Apresentação de quadro-síntese correlacionando impacto e respectiva medida
- Indicação do responsável pela execução das medidas
- Definição da fase de aplicação
- Indicadores de monitoramento
- Cronograma de execução

Nos casos de impactos não mitigáveis, deverão ser propostas medidas compensatórias, tais como arborização de áreas públicas, recuperação de áreas degradadas, apoio ou financiamento de projetos ambientais, entre outras pertinentes.

13. CRONOGRAMA FÍSICO-AMBIENTAL

- Etapas do empreendimento
- Prazos de execução



- Medidas ambientais associadas

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Avaliação objetiva da viabilidade ambiental
- Análise da suficiência e efetividade das medidas propostas
- Conformidade com a legislação ambiental vigente

15. BIBLIOGRAFIA

Deverá ser apresentada a relação completa das obras, normas técnicas, legislações e demais fontes utilizadas, em conformidade com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Todos os quadros, tabelas, figuras e mapas deverão conter identificação clara da respectiva fonte. Nos registros fotográficos, recomenda-se a indicação da data e das coordenadas geográficas em UTM.

Assinatura do Responsável Técnico

[Nome]

[Conselho de Classe]

[Data]